



[Handwritten signature]

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PRIMEIRO: o Estado Português, através da **Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN)**, com sede na Rua da República, número 133, em Mirandela, Pessoa Coletiva N.º 600000354, representada por Manuel José Serra de Sousa Cardoso, na qualidade de Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, com poderes bastantes para o ato, nos termos do Despacho n.º 4584/2015, publicado através do Diário da República, 2.ª série – N.º 87 – 6 de maio de 2015, doravante designada por **Primeiro Outorgante**

E

SEGUNDO: José Manuel Seixas Alves, com o N.º de Identificação Fiscal 215781465, residente na Rua Abade Baçal, n.º 39, 5370-298 Mirandela, portador do CC n.º 11607364, válido até 30/05/2021, com poderes bastantes para este ato, doravante designado por **Segundo Outorgante**

Tendo em conta:

- a) A decisão de adjudicação por despacho de 10/04/2018, do Sr. Diretor Regional, por dispor de competência própria para a decisão de contratar;
- b) O subsequente ato de aprovação da minuta do contrato, precedida de convite, em conformidade com o caderno de encargos e nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante, documentos que ficam arquivados junto do presente contrato.
- c) A dispensa da prestação de caução, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que:

O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Primeiro Outorgante, com o n.º de compromisso AE51800414, com a Classificação Económica 01.01.07.00.00 e FF 159 e 252.

Os pagamentos previstos no presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.



Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente contrato tem por objeto a Prestação de Serviços pelo Segundo Outorgante ao Primeiro Outorgante, de acordo com o caderno de encargos e a proposta elaborada pelo Segundo Outorgante, no âmbito do Procedimento de Ajuste Direto com a designação “ADG-02/2018 **“Contratação de Serviços na modalidade de avença, por lotes, no âmbito do PDR 2020 – Apoio Informático” Lote 2 – Vila Real**, CPV 72500000-0, realizado nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 40.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e Declarações de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro.

Cláusula 2.ª

Gestor do contrato

De acordo com o disposto no art.º 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos (CCP), os gestores do contrato por parte do primeiro outorgante são Diretora de Serviços de Investimento, Maria Adelaide Dias Freire Gomes Inácio e o Chefe de Divisão de Informática e Documentação, Leonel Miranda Esteves.

Cláusula 3.ª

Preço Contratual

O valor do presente contrato é de **1.000,00€ (mil euros) /mês**, acrescidos de IVA se este for legalmente devido.

Cláusula 4.ª

Prazo de execução

1 – A relação contratual tem início no primeiro dia útil seguinte ao da publicitação do contrato no portal da Internet dedicado aos contratos públicos e, manter-se-á em vigor até **31 de dezembro de 2018**, em conformidade com o caderno de encargos e os respetivos termos e condições dispostas na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação da relação contratual.

Cláusula 5.ª



Pagamentos

O pagamento será efetuado mensalmente, devendo o prestador de serviços apresentar os respetivos recibos verdes eletrónicos (fatura-recibo).

Cláusula 6.ª

Mora no pagamento

Em caso de atraso no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual pelo primeiro outorgante, tem o segundo outorgante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora.

Cláusula 7.ª

Caução

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do Artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigida a prestação de caução por parte do segundo Outorgante.

Cláusula 8.ª

Cessão da posição contratual

- 1 - O Segundo Outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato sem autorização do Primeiro Outorgante.
- 2 - Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto nos artigos 316.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 9.ª

Resolução do contrato

- 1 - O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente contrato confere, nos termos gerais de direito, à outra parte o direito de resolver o contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
- 2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Primeiro Outorgante poderá resolver o contrato sempre que se verifique uma das situações previstas no n.º 2 da cláusula 18.ª. do caderno de encargos.

Cláusula 10.ª

Foro Competente



Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 11.ª

Documentos contratuais e prevalência

1 – Fazem parte integrante do presente contrato:

- o caderno de encargos;
- a proposta adjudicada;

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que neles se dispõe.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros.

Cláusula 12.ª

Disposições finais

1 – O procedimento por Ajuste Direto relativo ao presente contrato, foi autorizado por despacho de 2018-03-27 do Senhor Diretor Regional.

2 – Não se verificaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

3 – Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registo Criminal, documentos comprovativos da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, documento comprovativo de ter efetuado um seguro que garanta a reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais e Declaração Modelo II, anexo ao CCP.

Este contrato foi celebrado em duplicado, no dia 13 de abril de 2018, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes.

O Primeiro Outorgante:

Manuel José Serra de Sousa Cardoso

O Segundo Outorgante:



CONTRATOS PÚBLICOS ONLINE

Nº Procedimento 3373394

Nº Contrato 4419088

Nº Relatório 5367024

Data Submissão 19-04-2018 11:19:23

Autor Teresa de Jesus Martins Lapa

Relatório de Formação do Contrato

Informação Inicial do Contrato

Entidade(s) Adjudicante(s) - NIF, Nome, País	600000354, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Portugal
Procedimento de contratação centralizado – destina-se à satisfação de necessidades de várias Entidades?	Não
Tipo Procedimento	Ajuste direto
Tipo(s) de contrato	Aquisição de serviços
Identificação do contrato	Contratação de serviços na modalidade de avença, por lotes, no âmbito do PDR 2020 - Apoio Informático
Objeto do contrato	Monitorização de candidaturas e da execução do PRODER e PDR2020, bem como, apoiar colaboradores da DSI e DSDR, que desenvolvem tarefas no âmbito do PRODER e PDR 2020, entre outros.
Lotes - Ordem, Designação, Preço base	2, null, 8466.67 €
Procedimento destinado à satisfação de necessidades no âmbito de	Outras atividades, que não as anteriores, enquanto entidade adjudicante prevista no art.º 2º do Código dos Contratos Públicos
Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato	Artigo 20.º, n.º 1, alínea d) do Código dos Contratos Públicos
Prazo de execução do contrato (dias)	256 dias
Preço base s/IVA (€)	8.466,67 €
Valor estimado do(s) contrato(s) (s/IVA)	-
Preço contratual s/IVA (€)	8.466,67 €
Data da decisão de adjudicação	10-04-2018 00:00:00
Data da celebração do contrato	13-04-2018 00:00:00
Fundamentação para o recurso ao Ajuste Direto	ausência de recursos próprios
Entidade(s) Adjudicatária(s) - NIF, Nome, País	215781465, José Manuel Seixas Alves, Portugal
CPV's Valor	* 72500000-0 - Serviços relacionados com a informática, 8.466,67 €
Local de execução das principais prestações objeto do contrato - País, Distrito, Concelho	Portugal, Vila Real, Vila Real
Documentos	Lote2.pdf

Relatório de Formação de Contrato

ENCPE 2020 - Inclui critérios ambientais?	Não
ENCPE 2020 - Fundamentação	Não aplicável
Observações	-

Emitido via portal base a 19-04-2018 11:21:05 por Teresa de Jesus Martins Lapa.

